

DOSSIÊ: TRADIÇÕES INVENTADAS: INTELECTUAIS, IDENTIDADES POLÍTICAS E USOS PÚBLICOS DO PASSADO NA AMÉRICA LATINA (SÉCULOS XIX-XXI)

Uma biblioteca entre a instrução e a memória: a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (1871-1922)*

A Library between Education and Memory: The Public Library of the State of Rio Grande do Sul (1871-1922)

Cássia Daiane Macedo da Silveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO: O artigo aborda a transformação dos sentidos dados à Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul: quando da sua criação, na década de 1870, e, depois, no início da década de 1920. Procura-se analisar o processo de monumentalização da biblioteca, repleto de usos políticos que guardavam estreita relação com o novo contexto republicano, compondo uma política de memória oficial. Para elaborar essa reflexão, trabalhou-se com as correspondências passivas da instituição entre os anos de 1872 e 1877 e artigo publicado no jornal *A Federação*.

PALAVRAS-CHAVE: biblioteca; política de memória; história do livro.

ABSTRACT: This article addresses the transformation of the meanings attributed to the Public Library of the State of Rio Grande do Sul at the time of its foundation in the 1870's and later in the beginning of the 1920's. The process of monumentalization of the library, laden with political usages strictly linked to the new Republican context, is analyzed as composing a politics of official memory. To shape this reflection, the passive correspondence pertaining to the institution between the 1872 and 1877 was analyzed as well as an article published in the newspaper *A Federação*.

KEYWORDS: library; politics of memory; history of the book.

*A presente pesquisa contou com o auxílio da bolsista Kamille Vitória Frizon Zechin e do Programa de Bolsas Institucionais BIC-UFRGS.

**E-mail: cassia.silveira@ufrgs.br

<https://orcid.org/0000-0002-3390-6015>

I.

Esta história começará em dois momentos. O primeiro se passa em um domingo de janeiro de 1877, no salão do Ateneu Rio-Grandense, instituição pública para estudos secundários. Trata-se da inauguração da biblioteca pública provincial, resultado da lei de abril de 1871, por meio da qual ela fora criada juridicamente. Entre a lei e sua efetiva instalação, a biblioteca projetada foi ganhando substância ao receber regularmente volumes de impressos, os quais eram acondicionados em uma das salas do Ateneu (Ferreira, 1873, p. 49).

Pulamos para o segundo momento, 45 anos depois daquele ato de instalação: 7 de setembro de 1922. Na mesma Porto Alegre, a biblioteca era reinaugurada pelos poderes públicos, na data da comemoração do centenário da Independência do Brasil. Desta vez, em edifício projetado para a sua instalação, que merecia especial atenção do jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense. Alguns dias antes, aquele periódico já havia feito minuciosa descrição da beleza estética do edifício, enfatizando a qualidade superior dos materiais e o cuidado empregado nos adornos escolhidos, repletos de simbolismos (*A Federação*, 1922, p. 1-2).¹

Entre os dois atos, não foi apenas o espaço destinado à biblioteca que se alterou, mas toda uma conjuntura política: derrubada a Monarquia, instalada a República, no Rio Grande do Sul o novo regime assumiu forte orientação positivista. Nesse novo contexto, outros significados ganharam força, bem como os sentidos para a existência de uma biblioteca pública. Assim, a partir da observação das mudanças ocorridas na instituição entre o fim do Império e o início dos anos 1920, procuro discutir as diferentes funções de uma biblioteca pública: num primeiro momento, ferramenta importante para a instrução pública, o progresso e a modernização do país. Já na República, sua conversão em monumento ao novo regime e a algumas de suas lideranças, fazendo parte de uma política de memória oficial. Mais do que qualquer outra coisa, este artigo visa contribuir para uma melhor compreensão da história da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, pela via da história do livro, pensando as bibliotecas como espaços para circulação de impressos, centrais para compreender o acesso à leitura.

Vários autores apontaram o caráter “inventado”, “imaginado” e “disputado” das identidades nacionais (Hobsbawm, 1990; Thiesse, 2002; Anderson, 2008) e a sua relação com tradições igualmente inventadas que, no entanto, buscam estabelecer certos vínculos de continuidade com o passado (Hobsbawm; Ranger, 1984). Para compreender as mudanças de sentido indicativas dessas disputas, utilizo como fontes principais um texto publicado no jornal *A Federação*, que registrou o que de mais significativo o partido destacava na inauguração do novo edifício, no bojo da elaboração de uma memória republicana, e as correspondências passivas da biblioteca entre os anos de 1872 e 1877, período final da Monarquia, que documentam a constituição do acervo com as primeiras obras recebidas, em um momento em que ainda estavam inacessíveis ao público. Assim, pretendo explorar um pouco das transformações nas próprias funções assumidas pela biblioteca quando ela se torna parte de uma política de memória oficial.

II.

Para compreender as transformações na biblioteca, retorno ao ano de 1859, quando ela ainda era apenas uma ideia. Naquele ano, após a relação de aulas públicas, de alunos que as frequentavam e de outras informações pertinentes ao tema, registrava-se no Relatório do Presidente da Província a constatação de que outro assunto “da maior importância” precisava ser introduzido, atrelado à esfera da Instrução Pública e da educação do povo: era a necessidade de uma biblioteca pública. O relatório informava não haver “nesta capital uma só livraria, um único gabinete de leitura”, ou seja, indicava

outros espaços nos quais se poderia encontrar livros e outros impressos.² A sequência do texto destacava alguns dos potenciais usos esperados para aquele ambiente:

A necessidade de uma biblioteca pública de bons e escolhidos livros vós a reconheceréis, porque, como eu, tereis estado muitas vezes em dificuldades, quando em vossos estudos e trabalhos sentis a necessidade de consultar a opinião dos doutos e dos mestres. Satisfazei as necessidades materiais da população, [...] mas dai-lhe também o alimento para o espírito, acostumai o povo à leitura e à convivência dos livros. Venho pois pedir-vos que criéis nesta capital uma biblioteca pública. (Relatório, 1859, p. 28).

Em primeiro lugar, apontava-se a necessidade de uma biblioteca “de bons e escolhidos livros”, que estivessem à disposição em situações particulares: a dos estudos e trabalhos. Assim, a “separação dos livros que são imprescindíveis de se possuir dos que podem (ou devem) ser negligenciados é um dos meios de disfarçar a impossível universalidade da biblioteca” (Chartier, 1994, p. 70). No caso do Brasil, o substantivo “bibliotheca” foi definido pelo *Dicionário da língua brasileira*, de Luiz Maria da Silva Pinto, publicado em Ouro Preto em 1832, como uma “coleção de livros postos por ordem”, mas também como a “casa onde eles [os livros] estão” ou ainda “livro em que estão nomes de Autores, etc.” (Pinto, 1832, s/p). Nesse sentido, podemos pensar que a ideia de constituição de uma biblioteca pública em 1859 significava tanto a coleção de livros quanto o espaço físico no qual eles seriam reunidos, dispostos conforme uma ordem física e simbólica.

A noção de que as publicações a figurarem nessa biblioteca deveriam estar associadas ao estudo e ao trabalho nos fornece uma pista para pensar quais poderiam ser os “bons e escolhidos livros” necessários à composição de uma biblioteca pública. Limitando, ainda que como artifício retórico, os livros da biblioteca a essas temáticas, todas as publicações ditas “recreativas” são deixadas de fora nessa primeira indicação de ordenamento. Uma biblioteca pública se inscreve, como estratégia para a instrução pública, em uma gramática ligada à seriedade, “dos doutos e dos mestres”, por meio da qual o governo disponibilizaria “alimento para o espírito” do povo.

Frédéric Barbier argumenta que um novo modelo de bibliotecas se difunde na Europa, nos Estados Unidos e, também, no Brasil a partir do começo do oitocentos: as bibliotecas nacionais (2018, p. 310). No caso brasileiro, a instalação da Biblioteca dos Reis (depois Biblioteca Nacional) vinda de Lisboa com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro é relatada na monumental obra de Lília Moritz Schwarcz (2002). Além da Biblioteca Nacional, outras bibliotecas em moldes semelhantes foram sendo constituídas pelas províncias. A Biblioteca Pública da Bahia data de 1811, enquanto a de São Paulo foi fundada em 1825, e teve sua criação relacionada ao projeto de estabelecimento da Faculdade de Direito naquela cidade (Daecto, 2019, p. 41-43). A Biblioteca Pública do Ceará foi fundada em 1867 como parte de um projeto modernizador e civilizador (Pinheiro Filho, 2014), e a Biblioteca Mineira data de 1895 (Parrela, 2012, p. 182).

Se em 1859 a biblioteca na Província de São Pedro aparecia como um projeto para a instrução pública, à época da sua criação essa perspectiva ainda estava presente, tendo sido integrada a outras instituições, ao aparato jurídico e à malha burocrática formada para esse fim.³ No mesmo ano de 1871, quando em abril a biblioteca pública passou a ter existência jurídica, outras leis importantes foram sancionadas relativas à instrução provincial: as Leis Provinciais nº 771 e nº 777, ambas promulgadas em 4 de maio daquele ano. A primeira delas “estabelecia o ensino obrigatório para a população dos 7 aos 15 anos de idade” vivendo dentro dos perímetros de uma escola (Schneider, 1993, p. 292). Já a Lei nº 777 “autorizou o presidente da Província a extinguir o Liceu D. Affonso”, antiga escola de instrução secundária da província, e “deu ao edifício que estava sendo construído, na Rua da Igreja, o nome de *Ateneu Rio-Grandense*”, criando, assim, “um novo estabelecimento de instrução secundária com

internato-externato e um curso de quatro anos, constando de ensino clássico e profissional” (Schneider, 1993, p. 294).⁴ Não é o propósito deste artigo pensar as circunstâncias políticas que atravessaram as transformações promovidas na instrução pública no início dos anos 1870 na Província de São Pedro, muito embora seja preciso reconhecer que as filiações partidárias constituíam uma dimensão fundamental dos projetos então em curso.⁵

Após a criação jurídica da biblioteca, é somente a partir de julho de 1872 que começam as correspondências passivas da instituição, sendo que o conjunto documental com que se trabalhou, abarcando os anos de 1872 a 1877, consiste em um total de 103 cartas. Conhecer um pouco melhor a configuração desse corpus é fundamental para compreender a organização da biblioteca, a forma como foi constituída, suas prioridades e inferir a natureza das suas primeiras coleções de obras. As cartas que aqui analiso são correspondências oficiais, as quais geralmente colocam em contato um setor da administração imperial com outro, e isso dá certa característica ao seu conjunto: muito embora os indivíduos que assinam as cartas se sucedam conforme a administração, as instâncias de governo se repetem sistematicamente ao longo dos anos. Assim, elas também podem nos contar um pouco mais sobre o funcionamento da própria administração imperial.

Ainda quando os volumes de obras remetidos à biblioteca procediam da administração central do Império, por meio de suas diversas secretarias, o mais comum era que fossem encaminhados à administração provincial, que depois os enviava à biblioteca. Na maioria dos casos, os ofícios que chegaram à biblioteca possuem o timbre do Palácio ou da Secretaria do Governo em Porto Alegre. Do total de 103 cartas, 83 delas têm uma dessas origens. Além deles, a biblioteca contou com remessas de volumes advindos diretamente da Diretoria Geral de Estatística, do Palácio e da Secretaria do Governo do Piauí, do Palácio do Governo de Goiás, da Secretaria da Assembleia Legislativa em Porto Alegre e da Diretoria Geral da Instrução Pública em Porto Alegre, demonstrando a relevância da administração pública na fundação da biblioteca, que, a julgar pela sua correspondência passiva, quase não contou com doações de particulares.⁶

Os destinatários desses ofícios também nos mostram um pouco da cronologia da própria biblioteca e sua história administrativa. Quase em sua totalidade as correspondências são dirigidas ao Inspetor ou Diretor Geral da Instrução Pública provincial, ou nominalmente ao indivíduo que respondia por essa função. Em novembro de 1872 uma comissão encarregada pela formação da biblioteca pública foi nomeada, de modo que, a partir dessa data, muitas correspondências também passam a se dirigir a essa comissão. Além disso, vale ressaltar que a partir de certo momento, provavelmente por se suceder em diversas funções ligadas à instrução e à biblioteca, como membro da comissão, um indivíduo parece se destacar como destinatário das correspondências: o Dr. Fausto de Freitas e Castro, que veio a se tornar o primeiro bibliotecário da instituição (Bakos, 2001, p. 156).⁷

Com relação aos assuntos dos ofícios encaminhados, a maior parte dizia respeito ao recebimento de volumes com destino à biblioteca ou à verba para compra de livros. Das 103 cartas analisadas, 82 delas diziam respeito a essa temática principal. Além desse assunto predominante, os ofícios timbrados do Palácio do Governo em Porto Alegre também podiam tratar de assuntos administrativos relacionados à biblioteca, desde nomeação e exoneração de pessoal, pagamento de serviços diversos e tratativas ligadas ao regulamento e à instalação da biblioteca.

Se as correspondências constituem “um gênero que possui inúmeras variações, tanto no contexto de sua produção, quanto no de sua recepção” (Gomes, 2005, p. 8), as correspondências oficiais nos mostram, pela sua própria estrutura, a história de concepções e significados que o governo estabeleceu, ao longo do tempo, na relação com as instituições públicas. Representam um pensamento oficial, não

nos dizem da relação da cidade e dos seus cidadãos com a biblioteca, mas são capazes de nos informar dos projetos de governo em vigência na época em que foram trocadas, e alguns dos indivíduos que foram responsáveis pela condução dos processos em curso.

Torna-se relevante tentar compreender, na medida do possível, dada a centralidade do conjunto analisado no recebimento de volumes para o acervo, a natureza das obras arroladas na correspondência passiva da instituição. Cabe considerar que elas não constituíam a totalidade das obras incorporadas pela biblioteca entre 1871 e 1877, mas uma parte passível de ser reconstituída em sua correspondência oficial, portanto sujeita aos vieses da fonte.⁸ Além disso, os obstáculos de se trabalhar com as listas de livros, sobretudo as manuscritas, contendo os títulos das obras e nomes de autores, são bem conhecidos. Schapochnik menciona a dificuldade de saber quais obras os amanuenses se referiam quando as registraram para a posteridade, mesmo quando da existência dessa preciosa fonte. Ele argumenta que os títulos eram frequentemente anotados de forma ligeira, sem menção a autoria, muitas vezes traduzindo livremente o nome de obras em outros idiomas, o que pode levar a ambiguidades quanto à obra anotada, embora nos permita uma série de outras reflexões sobre a relação com a leitura e a natureza do trabalho burocrático de quem era responsável pela contabilização dos volumes (1999, p. 196-199). Eu ainda acrescentaria, como problema adicional ao trabalho com essas listas, o fato de que, no caso das obras compulsadas a partir da correspondência passiva da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, muitas vezes as obras são listadas “coletivamente”, por assim dizer: informa-se apenas que foram recebidos “10 volumes de trabalhos sobre agricultura publicados na Corte” (Barroso, 1875), por exemplo, sem a indicação dos títulos ou a autoria das obras. Por essas razões, torna-se muito difícil a realização de um trabalho quantitativo que dê conta dos títulos e autores encontrados nessas primeiras coleções, ou mesmo do número total de volumes recebidos dentre as obras indicadas nos ofícios. Se encontramos a indicação do título da obra, não necessariamente há a referência à quantidade de volumes de que ela se compunha. Às vezes menciona-se apenas que se trata de uma “coleção”, igualmente sem a indicação da quantidade exata de itens.

Embora sejam possíveis outros tipos de leitura acerca das primeiras obras da biblioteca pública, a que aqui proponho se inspira, em alguns aspectos, em trabalhos similares realizados anteriormente em outros contextos no Brasil, e que se detiveram sobre as coleções de obras existentes em bibliotecas públicas e privadas ou em gabinetes de leitura (Bessone, 1999; Schapochnik, 1999; Martins, 2015; Daecto, 2019). Mas não se faz, aqui, uma leitura exaustiva das obras, nem uma quantificação temática dos títulos, e sim uma análise qualitativa do acervo para compreender, ainda que de maneira inicial, o seu direcionamento. Pode-se considerar tal direcionamento um desses “constrangimentos e regras” que confrontam leitores e leitoras (Chartier, 1994, p. 7), uma vez que busca orientar, por meio da disponibilidade pública de certos títulos em detrimento de outros, as leituras possíveis.

Em geral, a administração provincial remetia ofício contendo a indicação dos volumes destinados à biblioteca e, junto ao ofício, remetia os próprios volumes. Ainda assim, cinco cartas, de 1872 e 1873, continham listas com títulos de impressos diversos: quatro delas estavam redigidas em papel timbrado do Palácio do Governo em Porto Alegre e a última foi enviada junto à doação de um particular. Nesses cinco casos, o recebimento de volumes se deu em quantidade significativamente maior do que o usual, uma vez que a quantidade de obras remetidas à biblioteca por essa via em geral se constituía de algumas unidades apenas. Também nesses casos há uma melhor indicação da quantidade de volumes recebidos, embora isso não signifique que sempre havia. Construí o quadro abaixo (Quadro 1) a partir das quantidades mais aproximadas de volumes que consegui confirmar a partir das listas:

Quadro 1 – Quantidade de volumes destinados à biblioteca, conforme anexos a cinco cartas.¹⁶

Data	Remetente	Quantidade de volumes
28/11/1872	Palácio do Governo em Porto Alegre	>94
29/11/1872	Palácio do Governo em Porto Alegre	70
06/03/1873	Palácio do Governo em Porto Alegre	>27
17/04/1873	Palácio do Governo em Porto Alegre	± 39
14/05/1873	Eduardo d'Azevedo Sousa Filho	32
Total	>262	

Fonte: Correspondência recebida, Caixa 1, Tomo: 1872-1880. Acervo Rio Grande do Sul, Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul.

Apesar de não serem a regra em termos de quantidade, a relação de volumes remetidos nas quatro cartas em papel timbrado do Palácio do Governo nos ajuda a compreender a natureza de algumas das obras que a biblioteca da província recebia.⁹ A carta de 28 de novembro de 1872 encaminhava um conjunto grande de obras, provenientes do envio do Sr. Ministro do Império e do arquivo da Secretaria de Governo da Província (Pereira Júnior, 1872a).¹⁰ Quatro volumes eram compostos de catálogos de exposições e outros cinco volumes foram registrados como “relatórios” de exposição. Há uma coleção das leis do Brasil entre os anos de 1834 e 1871, mas sem indicação de quantos volumes a formavam. Mas a maior parte dos volumes enviados à biblioteca naquele dia se referiam ao universo produtivo, incluindo manuais e tratados agrícolas e outros temas correlatos.¹¹ No dia seguinte, o Palácio do Governo enviava, “em aditamento ao [...] ofício de ontem datado”, um conjunto de volumes “que existiam na Secretaria do Governo” (Pereira Júnior, 1872b). As obras naquele dia encaminhadas à biblioteca pública eram relatórios de diversas Secretarias do Império, além de orçamentos e balanços da receita e da despesa do Império referentes a vários anos.

Em número bem menor, pode-se encontrar nesse primeiro, acervo localizado nas correspondências, algumas obras de história que haviam sido especialmente encomendadas para compor a biblioteca. Em ofício de 1873, o Palácio do Governo encaminhava, junto aos livros e à listagem correspondente, uma carta datada de fevereiro do mesmo ano, em que o Dr. Luiz Antônio da Silva Nunes, político rio-grandense, afirmava ter sido incumbido de comprar, na Corte, pelo então Presidente da Província de São Pedro, uma relação de obras que indica alguns dos interesses oficiais do governo provincial em termos de acervo. Essa lista aponta para um foco em obras de história: dois volumes da *História do Brasil*, de Alves Lima; a *História da Idade Média*, de João Batista Calógeras; seis volumes de uma tradução da *História do Brasil*, de Robert Southey; a *História da fundação do Império Brasileiro*, de João Manoel Pereira da Silva; as “*Lições de História do Brasil*”, de Joaquim Manoel de Macedo; e a *História do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen. Além dessas obras, há também a presença de alguns volumes de obras literárias (como o poema “Colombo”, de Manoel de Araújo Porto Alegre) e filosóficas (como as “Preleções de moral”, de Sebastião Ferreira Soares).

Por fim, em abril de 1873, chegava à biblioteca uma remessa de obras que em março do mesmo ano o Sr. Ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas havia destinado àquela instituição. A relação listava um total de 39 volumes versando temáticas relacionadas à produção, à população e ao território, todas elas condizentes com a atuação e os interesses da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, criada em 1860 (Gabler, 2016).¹²

É possível perceber que, nas cartas recebidas nos anos seguintes, ainda que em número bastante inferior, o teor das obras enviadas à biblioteca se mantém muito semelhante a esses aqui expostos, como já se entrevia, dada a oficialidade dos remetentes. São, pensando no conjunto da coleção formada pelas doações recebidas entre 1872 e 1877, em geral, relatórios de Presidentes de Província, catálogos de exposição, relatórios de diversas Secretarias do Império, que continuam sendo enviados nos anos seguintes, volumes remetidos pela Diretoria Geral de Estatística, além de obras bastante focadas em temas relativos à produção agrícola, à criação de animais, à população e ao trabalho (livre ou escravizado), à instrução e alguns volumes sobre o território e suas riquezas ou sobre enfermidades (como cólera ou moléstias associadas à cana de açúcar, por exemplo). Ivana Parrela afirma que no Brasil do século XIX ainda havia certa indistinção quanto aos acervos que deveriam ser salvaguardados nos arquivos e quais deveriam ser dirigidos às bibliotecas, provocando, em alguns casos, disputas pela guarda das coleções (2012, p. 179-187). A Província de São Pedro não tinha, naquele contexto, arquivo público em funcionamento. A biblioteca, assim, agrupava fundos que, posteriormente, poderiam ser redistribuídos conforme a redefinição das funções institucionais.

Embora não apareçam regularmente nas correspondências analisadas, sem dúvida as obras de literatura estavam presentes no primeiro acervo da instituição, como se pode verificar no mapa de obras consultadas no ano de 1877, o primeiro de funcionamento da biblioteca, no qual se destacam as de literatura, com 290 consultas, de um total de 691 (Aquino, p. 143). O quase completo desinteresse, no mesmo mapa, por obras de ensino, agricultura e estatística, mostra como boa parte do acervo compulsado a partir das correspondências talvez não merecesse a atenção dos leitores habituais. Também marca caminhos outros para a chegada das obras à biblioteca, os quais ainda precisam ser avaliados, além de mostrar a distância entre uma certa biblioteca imaginada e seu conjunto de obras, e a biblioteca real, utilizada pela população, permitindo reflexões sobre as muitas bibliotecas dentro da biblioteca. Quais os diferentes usos e práticas de leitura eram possíveis tendo em vista a composição de seu acervo? Quais usos efetivamente eram feitos, apesar do acervo?

Além das obras ditas recreativas, as de história aparecem em segundo lugar no mapa de 1877, seguidas pelas de filosofia, ciências e direito, descontando os jornais (Aquino, p. 143). Pode-se dizer que a orientação para o trabalho e estudos também estava presente nas consultas reais, embora com ênfase em obras de caráter mais humanístico. Essas não são as orientações predominantes, porém, nos volumes recebidos listados nas correspondências analisadas, que apontam a um certo direcionamento nos estudos, os quais poderíamos compreender como as temáticas consideradas estratégicas pelo Estado para promover o desenvolvimento do Império brasileiro. Esse “ordenamento” do acervo talvez possa nos ajudar a levantar algumas hipóteses para a escolha do enfoque dado ao acervo da biblioteca pública. Como foi dito, a biblioteca se inseria na malha burocrática da instrução pública, campo estratégico do Império brasileiro para animar o progresso e a civilização. Fora criada, de forma quase concomitante a outra instituição importante da instrução provincial, o Ateneu Rio-grandense, em uma sala do qual passaria a funcionar.

Segundo Regina Portella Schneider, o Ateneu, em seu projeto, ofereceria “ensino clássico e profissional”, e aqueles com o curso completo “seriam providos nos empregos públicos provinciais, independentemente de concurso público”, salvo situações específicas (Schneider, 1993, p. 294). O Ateneu, porém, fecharia suas portas em 1873 (Aquino; Tambara, 2020, p. 11). Ainda assim, no mesmo edifício passava a funcionar, desde o início da década de 1870, a Escola Normal, criada por lei de 1860. A partir de 1876 foram estabelecidas no mesmo local duas aulas primárias para atuação exclusiva de professores formados pela Escola Normal e, na década de 1880, uma aula de Língua Alemã. A biblioteca seguiu no mesmo edifício, apenas ampliando seu espaço de uma para duas salas (Schneider, 1993, p. 296, 344, 375 e 450).

Essa modalidade de biblioteca parece mais próxima, dentro da tipologia oferecida por Alejandro Parada para classificar as bibliotecas existentes na Argentina até 1830, com o conceito de “‘Biblioteca pública’ como organismo impulsado y sostenido por el Estado – fuera del ámbito catedralicio y convencional – para la ‘educación’ de los ciudadanos” (Parada, 2003, p. 81). É o caso, de acordo com o autor, da Biblioteca Pública de Buenos Aires, inaugurada em 1812, que também teria tratado de “dessacralizar el texto impreso extendiendo su ubicuidad social a todos los ciudadanos libres” (Parada, 2003, p. 81). A dessacralização do texto impresso, além de expressar sua disponibilização pública, também parece se relacionar com a disponibilidade de leituras laicas aos cidadãos.

III.

Alguns dias antes da inauguração oficial da Biblioteca Pública, em prédio projetado para essa finalidade e construído a partir de 1912, sendo posteriormente reformado para atender a uma ampliação (Bakos, 2001, p. 156), o jornal *A Federação* realizou uma pormenorizada descrição do edifício que passava a integrar o conjunto arquitetônico do centro da cidade de Porto Alegre. A análise que passo a fazer se detém em aspectos substancialmente distintos dos anteriormente enfatizados por Margaret Bakos (2001), mas dialoga com a historiadora e busca destacar, no texto que mereceu a capa da edição de 28 de agosto de 1922, alguns dos elementos que identificam o novo estabelecimento com outros sentidos assumidos no contexto castilhistaborgista. O título já indicava a perspectiva em que a instituição, agora, vinha a se enquadrar: “Biblioteca Pública – Suas grandes reformas – Um estabelecimento que faz honra ao Estado”. Assim, cumpria aqui uma função simbólica fundamental, sobretudo se compararmos com a inauguração de 1877, quando a biblioteca se instalou em uma das salas de outra instituição: agora, tinha que ser capaz de representar as glórias do Rio Grande do Sul, em suntuoso edifício próprio. Nele, tudo concorria “para um efeito geral de beleza e de solenidade, imponente e severo”. Após o átrio de entrada, acessava-se o salão nobre, “com ornamentações de ouro”, que havia sido “destinado pelo governo a conferências sobre altos estudos” e em cuja “parede do fundo, ao centro”, havia sido disposto “o grande quadro de [Antônio] Parreiras, intitulado ‘A Prisão de Tiradentes’”, acima do qual, junto a um “grande livro” esculpido em bronze, podia-se ler uma frase de Júlio de Castilhos, comparando as bibliotecas aos templos religiosos (A Federação, 1922, p. 1).

O quadro em questão havia sido encomendado pelo governo estadual em 1912 e, como destaca Paulo César Ribeiro Gomes, representava a valentia de Tiradentes (Gomes, 2021, p. 361). José Murilo de Carvalho explicou a opção pelo inconfidente como símbolo da República (Carvalho, 2005), e a encomenda feita pelo governo indica como no Rio Grande do Sul, apesar dos conflitos particulares vivenciados em torno das formas de contar a história do estado e de suas adesões republicanas, ocorridos desde o século XIX (Lazzari, 2004; Boeira, 2009; Boeira, 2013), o mesmo mito também foi homenageado.¹³ Mais do que refletir sobre a pintura em si, tarefa que outros pesquisadores já vêm realizando, me interessa imaginar o apelo simbólico que o salão nobre da Biblioteca Pública trazia ao visitante: a imponente arquitetura do edifício e a suntuosidade da estética do seu interior buscavam se harmonizar às referências republicanas trazidas por Tiradentes e por Júlio de Castilhos, cujas palavras reforçavam a mística religiosa em torno daquele espaço. A proximidade de Tiradentes e de Júlio pode convidar a uma referência à fundação da República, que teria sido estabelecida por obra de personagens como aqueles, e mais uma vez buscava estabelecer as especificidades regionais na história do regime republicano. O salão ainda trazia os bustos de Júlio de Castilhos e de Borges de Medeiros, esculpidos pelo artista Décio Villares, também responsável pela litografia de Tiradentes da Igreja Positivista do Brasil (Carvalho, 2005, p. 66). Elisabete Leal informa que Villares havia sido contratado para a realização de todos os trabalhos que tivessem o objetivo de imortalizar a memória de Júlio de Castilhos,

falecido em 1903. Segundo a autora, não seria tarefa fácil, uma vez que o PRR se encontrava dividido (Leal, 2006, p. 205).

No mais luxuoso salão da biblioteca, o Gabinete da Presidência, via-se mais uma vez referência a Borges de Medeiros, desta vez por contar com um seu retrato, de autoria de Oscar Pereira da Silva. Em meio a tantas alusões republicanas e a algumas de suas lideranças, não podemos deixar escapar, ainda no mesmo Gabinete, a presença de “uma grande mesa, forrada de mármore violeta, toda guardada de bronzes cinzelados, cópia exata da mesa de Luiz XIV, que se acha no castelo de Versailles” (A Federação, 1922, p. 1). É ainda Leal quem argumenta que, apesar das muitas referências ao positivismo, as pinturas decorativas da Biblioteca, cada uma em um estilo diferente (Luiz XIV, Luiz XV, Gótico Florentino, Mourisco, Pompeano e ornamentação moderna), apontam “mais o ecletismo e o desejo de uma visualidade universal do que dar destaque ao positivismo” (Leal, 2006, p. 204). Ainda assim, as alusões às lideranças ligadas ao grupo político de Júlio de Castilhos e à sua própria memória constituem simbologias de poder que ressignificam a instituição criada ainda na Monarquia.

A longa descrição do interior da biblioteca mereceria, por si só, um estudo detalhado em relação a todas as simbologias que abriga, tarefa que foge aos limites deste artigo. Vale reforçar, contudo, que o texto, sem autoria, publicado pelo jornal *A Federação*, enfatizava muito mais os aspectos estéticos e simbólicos do edifício que agora abrigaria a Biblioteca Pública, do que propriamente seu acervo bibliográfico. Há menção às publicações periódicas, inclusive aquelas de moda, que eram disponibilizadas no salão para leitura das senhoras (separado daquele masculino), à sua coleção de mapas e uma breve referência aos livros, da seguinte forma: “A sala é iluminada com luz indireta por seus *plafonniers* de bronze dourado, possuindo ainda todas as estantes lâmpadas próprias. A Biblioteca conta para mais de 3.000 volumes todos catalogados” (A Federação, 1922, p. 2).¹⁴ É curioso que a referência numérica, que quase passa despercebida diante da imponência ornamental descrita a respeito da decoração do edifício, acabe por trazer quantidade de volumes tão próxima àquela que, no fim da década de 1870, o Relatório da Diretoria Geral de Estatística descrevia para caracterizar a antiga biblioteca provincial: 2.886 (Império, 1878, p. 35). Alguns autores informam que o número total de volumes da biblioteca naquele momento era muito superior ao indicado no jornal, chegando a 30 mil (Jardim, 2002; Silveira, 1999), mas, até o momento, não consegui confirmar essa informação. Pode ter sido um erro tipográfico, e é mesmo provável que a quantidade de volumes tivesse se ampliado expressivamente. Assim mesmo, chama a atenção que a ênfase do longo artigo, ocupando parte significativa da capa do jornal *A Federação*, e mais uma parte da página seguinte, não tenha sido sobre as obras.

Haviam se passado 45 anos entre as duas estimativas a respeito da quantidade de obras. Nesse quase meio século, a biblioteca passaria por circunstâncias diversas, perdendo os foros de instituição autônoma: entre 1906 e 1909, seus serviços eram executados no âmbito do recém-criado Arquivo Público do Rio Grande do Sul, que também abrigava outras funções (Paloschi, 2022, p. 8).¹⁵ Apesar da alteração administrativa, com a unificação das instituições, agora subordinadas à Secretaria do Interior e Exterior, o espaço de funcionamento seguia sendo o térreo do edifício localizado “na rua Duque de Caxias, esquina com a rua Marechal Floriano” (Paloschi, 2022, p. 30), exatamente onde funcionava o antigo Ateneu Rio-grandense e a Escola Normal, o que nos leva a pensar que a estrutura física da biblioteca não deve ter chegado a se deslocar. A Secretaria do Interior e Exterior, criada em 1890, também era aquela responsável pela instrução pública, de modo que a malha burocrática na qual a biblioteca se enquadrava não mudara (Rocha; Mendes Júnior, 2006, p. 33-35).

Somente no início da década de 1910, quando as instituições já se encontravam novamente separadas, iniciou-se a construção do prédio novo da biblioteca. É possível que tenha havido mudanças na coleção de livros que a biblioteca abrigava, sendo uma parte daquele seu primeiro acervo monárquico deslocado para outros locais, mas não há como saber ao certo. Obviamente, inaugurava-se o prédio,

que era parte de um conjunto arquitetônico mais amplo, produzido no início do século XX em Porto Alegre (Doberstein, 1992, p. 1), e isso por si só justificava a prioridade dada, por parte do jornal *A Federação*, ao novo edifício sobre as coleções que guardava. Mesmo assim, sua inserção nessa nova rede de significados e o artigo do jornal como recurso para ensinar “a ler” o novo prédio e a observar seus detalhes são significativos das transformações em curso. Entre fachadas de edifícios e monumentos urbanos, compostos de uma estatuária política suntuosa, a Biblioteca Pública, nascida na Monarquia, agregava outra função, agora edificada, com o propósito de “evocar o passado, perpetuar a recordação” (Le Goff, 2003, p. 526), participando de certa invenção republicana para a província, ainda que sem perder as antigas funções educativas e administrativas.

O edifício passava, ele mesmo, a ser uma ferramenta de instrução por meio das imagens, frases e simbologias que trazia em si, a demonstrar o “estado de cultura e progresso por nós atingido” (*A Federação*, 1922, p. 2). Elisabete Leal (2006) argumenta que a arte e os monumentos positivistas cumpriam uma função moralizante e educativa, e, muito embora não se possa dizer que a Biblioteca Pública atendesse rigorosamente aos preceitos dessa estética, ainda que faça alusão a ela, cumpria uma função política, cívica e educativa inegável. Se com a ornamentação do prédio novo evocava-se um passado republicano específico, silenciando-se a respeito de outras iniciativas e lideranças preteridas pelo jogo político, também fomentava o futuro por meio da recordação daqueles indivíduos que, contemporâneos, deviam ser para sempre lembrados. O papel político que a biblioteca assumia nesse momento é reforçado pela presença, em seu interior, de um Gabinete da Presidência, utilizado pelo próprio Borges de Medeiros.

Se retomarmos a tipologia oferecida por Alejandro Parada, de uma biblioteca pública como “organismo impulsado y sostenido por el Estado [...] para la ‘educación’ de los ciudadanos” (Parada, 2003, p. 81), podemos observar que há formas distintas pelas quais essa educação poderia se dar, constituindo-se em maneiras diferentes de uma biblioteca pública existir, conforme as exigências de cada contexto histórico, suas ideias em relação à educação, seus interesses políticos, para além das já mencionadas diferenças regionais. Do mesmo modo, a “dessacralização” do impresso, para a qual o mesmo autor chama a atenção, não parece ser mantida nesse segundo momento: aqui, como indicava o pensamento de Júlio de Castilhos arranjado sobre a imagem de Tiradentes, a biblioteca se convertia em espaço quase religioso, próxima aos templos. Não se quer, com isso, afirmar que no final da Monarquia a biblioteca não havia assumido finalidades políticas, mas sim demarcar a diferença existente entre as duas apresentações do mesmo espaço. Retomando o significado de “biblioteca” como conjunto de livros, mas também como espaço físico onde eles seriam acondicionados, a Biblioteca Pública, sempre guardiã de uma memória oficial, já no século XX deixou o interior das instituições educativas rio-grandenses para se tornar, ela própria, em seu espaço físico, exterior e visível, local educador.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AQUINO, Vanessa; TAMBARA, Elomar. O ensino secundário público na cidade do Rio Grande/RS (1846-1873). *Revista História da Educação (Online)*, 2020, v. 24: e.91141.
- BAKOS, Margaret. Um olhar sobre o Antigo Egito no Novo Mundo: A Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, 1922. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXVII, n. 2, p. 153-172, dezembro 2001.
- SILVEIRA, Caio Flávio Prates da. “Victor Silva” In: BAKOS, Margaret; PIRES, Letícia. *Os escritores que dirigiram a Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- BARBIER, Frédéric. *História das bibliotecas: de Alexandria às bibliotecas virtuais*. São Paulo: Edusp, 2018.

BARROSO, Bento Antunes [correspondência]. Destinatário: Fausto de Freitas e Castro. Porto Alegre, 21 mai. 1875. Ofício.

Bibliotheca Pública: suas grandes reformas: um estabelecimento que faz honra ao Estado. *A Federação*, Porto Alegre, p. 1-2, 18 ago. /1922.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Como salvar do esquecimento os atos bravos do passado rio-grandense: a Província de São Pedro como um problema político-históriográfico no Brasil Imperial*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BOEIRA, Luciana Fernandes. *Entre História e Literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da História do Rio Grande do Sul no século XIX*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

DAECTO, Marisa Midori. *O Império dos livros: instituições e práticas de leitura na São Paulo oitocentista*. São Paulo: Edusp, 2019.

DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. *Porto Alegre, 1900-1920. Estatuária e ideologia*. Porto Alegre: SMC, 1992.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Gabinetes de leitura e bibliotecas do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Sul, 1973.

PINHEIRO FILHO, José Humberto Carneiro. *Um lugar para o tempo dos letrados: leituras, leitores e a Biblioteca Provincial do Ceará na segunda metade do século XIX*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

ROCHA, Márcia Medeiros; MENDES JÚNIOR, Valter Vanderlei (coord.). *Fontes para a história administrativa do Rio Grande do Sul: a trajetória das secretarias de Estado (1890-2005)*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

GABLER, Louise. Arquivo Nacional. Memória da Administração Pública Brasileira, 2016. Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/338-secretaria-de-estado-dos-negocios-da-agricultura-comercio-e-obras-publicas>. Acesso em: 13 de nov. 2023.

GOMES, Ângela de Castro (org.). *Em família: a correspondência de Oliveira Lima e Gilberto Freyre*. Campinas: Mercado das Letras, 2005.

GOMES, Paulo César Ribeiro. Tiradentes e os pica-paus. In: 41º. COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE: Arte em tempos sombrios (caderno de resumos). Evento virtual, 2021.

GONÇALVES, Dilza Pôrto. A instrução Pública e a Escola Normal nos debates político-partidários em Porto Alegre/RS (1869-1889). In: *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013, Natal/RN. *Anais* [...]. Natal: ANPUH 2013. p. 1-18. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/site/anaiscomplementares#D>.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IMPÉRIO do Brazil. Diretoria Geral de Estatística. Relatório e trabalhos estatísticos apresentados ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Dr. Carlos Leôncio de Carvalho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Conselheiro Manoel Francisco Coreia em 20 de novembro de 1878. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

JARDIM, Jaci Aquino. *Biblioteca, onde circula o espírito do mundo*. Rio de Janeiro: ELAPE, 2002.

PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes da Costa [correspondência]. Destinatário: Senhores membros da Comissão encarregada da Biblioteca Pública desta capital. Porto Alegre, 28 nov. 1872a. Ofício.

PEREIRA JÚNIOR, José Fernandes da Costa [correspondência]. Destinatário: Senhores membros da Comissão encarregada da Biblioteca Pública desta capital. Porto Alegre, 29 nov. 1872b. Ofício.

LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade* (1860-1910). 2004. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEAL, Elisabete da Costa. *Os filósofos em tintas e bronze: arte, positivismo e política na obra de Décio Villares e Eduardo de Sá*. 2006. Tese (Doutorado em História Social) – PPG em História Social, Rio de Janeiro, 2006.

LE MOS, Francisco de Faria [correspondência]. Destinatário: Bibliotecário da Biblioteca Pública Provincial. Porto Alegre, 19 dez. 1877. Ofício.

MARTINS, Ana Luiza. *Gabinetes de leitura: cidades, livros e leituras na Província Paulista*. São Paulo: Edusp, 2015.

NASCIMENTO, Marlene Ourique do. *Nas tintas da história: a produção de pinturas históricas de temática Farroupilha na República Velha gaúcha*. 2019. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

PALOSCHI, Katia Teresinha. *A institucionalização do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (1906-1910)*. TCC (Arquivologia) – Curso de Arquivologia, UFSM, Santa Maria, 2022.

PARADA, Alejandro. Tipología de las bibliotecas argentinas desde el período hispánico hasta 1830: una primera clasificación provisional. *Información, cultura y sociedad*, n. 9, p. 75-94, (2003).

PARRELA, Ivana. *Patrimônio documental e escrita de uma história da pátria regional: Arquivo Público Mineiro – 1895-1937*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: PPGH/UFGM, 2012.

PINTO, Luiz Maria da Silva Pinto. *Diccionario da lingua brasileira*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta Província ao Exmo. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º. Vice-presidente, no dia 5 de fevereiro de 1877. Porto Alegre: Tipografia do Jornal do Comércio, 1877.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os jardins das delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na Corte Imperial*. 1999. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SCHNEIDER, Regina Portella. *A instrução pública no Rio Grande do Sul – 1770-1889*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

Notas finais

¹ Margaret Bakos (2001) escreveu a respeito do mesmo artigo, abordando, contudo, o uso de referências ao Egito Antigo na concepção de alguns espaços do novo edifício da biblioteca.

² Tais espaços já haviam sido criados em momentos anteriores, tendo sido extintos em seguida (Ferreira, 1973).

³ Jaci Aquino Jardim apresentou excertos dos debates na Assembleia Provincial quando da apresentação da proposta de criação da biblioteca, nos quais se observa as discussões em torno da biblioteca como ferramenta para a instrução pública (Aquino, 2002, p. 20-24)

⁴ Conforme Regina Portella Schneider, as duas leis só tiveram execução a partir do mês de outubro de 1871, e a extinção do antigo Liceu D. Affonso e a aprovação dos regulamentos do Ateneu Rio-Grandense e da Escola Normal ocorreram somente por ato de fevereiro de 1872 (Schneider, 1993, p. 294-296).

⁵ Algumas análises apontam para isso. Ver Gonçalves, 2013.

⁶ O número de correspondências que chegavam diretamente de particulares é numericamente inexpressivo, mas mereceria um estudo à parte. Nesse momento, contudo, me deterei na análise do que constituiu a o traço comum no conjunto analisado.

⁷ Não cabe na proposta deste artigo, porém, analisar a vinculação deste sujeito em particular com os anos de fundação da biblioteca, ficando essa tarefa para outro momento.

⁸ Em 1876 o número total de obras que a biblioteca possuía constituía-se de 2.886 volumes (Império, 1878, p. 35). Sabe-se que nem todas as obras adquiridas até 1877 constam nas correspondências aqui estudadas, já que encontramos ofícios informando o pagamento feito a livreiros pela aquisição de livros, nos quais não há informação dos títulos ou quantidades de obras. É o caso do ofício de 19 de dezembro de 1877, em que se manda pagar a Ernesto G. Bier pelas “obras de Goethe que vendeu para essa Biblioteca” (Lemos, 1877). Essa é, também, uma das raras menções a obras literárias nas correspondências. Mesmo assim, a diferença entre o número provável de volumes que se pode reconstituir a partir das obras nomeadas nas correspondências e aquele indicado no Relatório da Diretoria Geral de Estatística é bastante substancial, o que nos permite inferir uma quantidade grande de obras cuja temática ainda se desconhece.

⁹ Deixarei de lado, nesta análise, as obras encaminhadas por Eduardo d’Azevedo Sousa Filho, por seu caráter de certa forma excepcional, como doação de particular, em relação ao conjunto como um todo, o que requereria a compreensão de outros aspectos da oferta dessas obras, sua motivação e escopo, que fogem ao alcance deste artigo.

¹⁰ Mesmo com a relação dos títulos das obras, nem sempre há a indicação de quantos volumes as compunham. A quantidade de volumes indicada formalmente na relação chega a 94, mas pode ser maior.

¹¹ Infelizmente, não é possível, no âmbito deste artigo, indicar a listagem completa, ainda assim considero importante mencionar alguns títulos: 4 volumes da “Revista agrícola”, 1 Tratado da fabricação de açúcar, 1 Manual de máquinas, instrumentos e motores agrícolas, 1 Manual dos agentes fertilizadores, 1 Manual do Agricultor, 1 volume sobre Indústria sérica, além de outros exemplares, em português, espanhol, alemão ou inglês, sobre colonização, produção de algodão e criação de cabras de caxemira e angorá e temas semelhantes (Pereira Júnior, 1872a).

¹² Entre esses volumes constava uma “Análise crítica sobre o elemento servil”, um volume contendo os “Discursos sobre o elemento servil, proferidos no Senado”, dois pareceres “sobre o elemento servil”, uma “Coleção de madeiras do Brasil”, alguns mapas e cartas corográficas e topográficas, relatórios, mapas e volumes sobre algumas colônias brasileiras e sobre a “importação de trabalhadores” chineses, entre outros impressos.

¹³ Marlene Ourique do Nascimento (2019) estudou outras pinturas históricas do período da Primeira República no Rio Grande do Sul, demonstrando a referência importante à temática Farroupilha como opção de vinculação republicana específica do Rio Grande do Sul.

¹⁴ Há a menção a uma equipe técnica que deveria se reunir periodicamente para indicar os livros para aquisição futura. Isso aponta para uma ideia de renovação do acervo e seria importante conhecer os nomes que compunham essa equipe, se é que ela de fato existiu.

¹⁵ Essa coexistência de instituições também ocorreu em Minas Gerais (Parrela, 2012, p. 183).

¹⁶ A construção desse quadro é importante pela quantidade de obras recebidas a partir dessas cinco cartas em relação à maior parte do conjunto, no entanto por si mesmo o quadro demonstra a dificuldade de tentar quantificar as obras: em alguns casos, anota-se exatamente a quantidade de volumes, em outros as anotações são confusas ou inexistentes, tornando impossível precisar o número de exemplares recebidos. Assim, adotei uma estimativa, por aproximação, em três casos.

Submetido em: 15/02/2024
Aprovado em: 24/10/2024